



CAMBÉ: UMA HISTÓRIA QUE JÁ HAVIA COMEÇADO

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3601

Maquieli Elisabete Menegusso, UEL
Bruna Garcia Catarino, UEL

Resumo

A historiografia tradicional que discute o município de Cambé foi projetada a partir da história oficial das companhias colonizadoras, especialmente neste caso, da Companhia de Terras Norte do Paraná, que através dos seus discursos exaltou o pioneirismo e gerou no imaginário coletivo, palavras como, “sertão inabitado”, “terra de promessa”, “Eldorado” e “Nova Canaã”. Assim, foi projetada a ideia do espaço vazio de terra produtiva, que estava pronto para ser ocupado e colonizado. Colonização esta, que segundo tal versão, ocorreu de forma harmoniosa e pacífica. Foi desta forma, que a presença indígena foi sendo destruída para dar espaço ao vazio demográfico, que tornou-se referência para sociologia e historiografia na construção sobre a história local. A partir de uma abordagem etno-histórica, o objetivo desta comunicação é discutir essa ideologia e mostrar que a história do território que hoje compreende o município de Cambé se inicia muito antes da década de 30 com o avanço da frente pioneira, quando o atual município ainda era chamado de Nova Dantzig. Nossas fontes serão baseadas em bibliografias acerca do tema proposto relacionando-a com o acervo indígena do Museu Histórico de Cambé, que é constituído por mais de 7.000 peças arqueológicas e etnográficas, importantes testemunhos sobre a presença indígena na região. Fontes estas pouco exploradas e de caráter de extrema importância para a edificação de novas histórias e possibilidades para a construção do imaginário e identidade de uma região.

Palavras Chave:

Cambé; Vazio demográfico; Indígena.

Introdução

A região denominada Norte do Paraná, possui um espaço geográfico delineado e redelimitado historicamente. Foi considerado entre Norte Velho ou pioneiro, onde se iniciaram as investidas de ocupação, Norte, Norte Novo e Norte Novíssimo. Cada qual serpenteando a história, a forma de ocupação do espaço, de divisões de terras e, em alguns casos, as companhias “Colonizadoras”.

Tivemos a atuação nessa região de diferentes empresas colonizadoras: “Estas são empresas privadas que surgem a partir do século XX e têm o objetivo de organizar e ditar os parâmetros das novas ocupações de extensa porção do território centro-sul”. (MENDONÇA, 2010, p.01).

Pontuar o início desse projeto é importante. Há alguns pontos evidentes e, um deles, é a vinda da Missão Montagu¹, de cunho econômico:

Em 1924, Lord Lovat, que havia promovido a colonização agrícola na Austrália e na África, e integrante da Missão Montagu, veio à região Norte do Paraná, contratando, em 1925, com o governo do Estado do Paraná, a aquisição de cerca de 515.000 alqueires das melhores terras, situadas entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí. Estas terras já eram disputadas por antigos concessionários e posseiros, a quem a Companhia compraria antes os títulos discutidos e as posses contestadas. Com este ato, configurar-se-ia a primeira e mais importante dose de poder atribuída a Companhia de Terras Norte do Paraná: o monopólio da terra, o monopólio de 515.000 alqueires das

melhores terras do Estado.
(ADUM, 1991, p.121)

Sônia Adum (1991) aponta que, após essa etapa de aquisição das terras, o próximo passo desses engenheiros, investidores, construtores e empreiteiros foi no sentido de “limpeza das terras” de posseiros de antigas concessões dos anos 20. Para tal afirmação, a autora cita um texto de Craig Smith, o qual revela que a “[...] primeira medida do agente civilizador foi no sentido de ordenar a propriedade da terra, tendo em vista a segurança necessária para adicionar o desenvolvimento do Estado do Paraná”. (ADUM, 1991, p.123).

Assim, segundo esse texto, uma força policial particular que resolvia questões de insistência desses “não convidados” a permanecer nas terras foi constituída. “Terras adquiridas e limpas, restava agora transformar o **sertão bruto em civilização**” (ADUM, 1991, p.123, grifos nossos).

Por muitos anos a história do atual município de Cambé, ensinada e difundida, limitou-se a tão conhecida história de toda a região Norte do Paraná, principalmente a que se refere à história oficial da Companhia de Terras Norte Do Paraná (CTNP)², uma história permeada pelo “sertão inabitado”, “terra de promessa”, “Eldorado”, “Nova Canaã”, “progresso”, “civilização”, dentre tantos outros discursos que exaltaram o pioneirismo e as companhias colonizadoras.

Os acontecimentos das cidades norte paranaenses se misturam ao ponto de que é difícil identificar o que é da memória dessa frente pioneira que chegou

formada por engenheiros, investidores, construtores e empreiteiros, que adquiriu 515.000 alqueires das melhores terras, situadas entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí em contrato com o Governo do Estado do Paraná, no ano de 1925.

¹ Missão Montagu: Visita feita por ingleses ao Brasil (não convidada pelo então presidente Artur Bernardes), que chegou ao País no dia 31 de dezembro de 1923, sendo organizada por bancos credores ingleses, para acertar problemas relacionados com as dívidas externas do Brasil.

² CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná, uma subsidiária da Paraná Plantation Ltda.,

para reocupar o espaço no início da década de 30, e qual é a versão difundida pela CTNP. A diferença de tempo da fundação de uma cidade para outra ser curta, é um dos motivos desse aspecto, gerando assim, uma pequena mistura no que aconteceu em um lugar ou em outro.

Objetivos

Limitar-nos-emos explicar sobre a história do atual município de Cambé, tentando o máximo possível fugir da tão discutida “história oficial”, que como dissemos anteriormente, foi a mais difundida e conhecida. Tentaremos mostrar as diversas versões, principalmente do ponto de vista dos primeiros imigrantes que aqui chegaram, e demonstrar que a versão difundida pela CTNP tem suas falhas e contra acertos, que em sua maioria não foram feitas de comum conhecimento.

Na historiografia tradicional que discute o processo de povoamento da região, onde hoje se localiza o município de Cambé, o “vazio demográfico” ocupa lugar de destaque, nos embatendo com um imenso silenciamento do passado, que foi a ocupação da região por populações indígenas.

Resultados

Tem seu início o investimento da CTNP, com planos para instalar na região que hoje compreende o município de Cambé, uma Colônia – povoação rural, e uma Vila – povoação urbana - formada por imigrantes da Cidade Livre de Danzig³. Essa ligação entre a região Norte do Paraná e a Cidade Livre de Danzig, só foi possível pela propaganda e divulgação nos países europeus, do empreendimento imobiliário realizado pela CTNP.

A partir disso, por diversos

motivos de conflitos decorrentes da crise econômica, causada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 e neste momento, segundo Cortez afirma

A crescente onda de nacionalismo que varria toda a Alemanha e a intensa atividade das organizações nazistas, em território danziguense, fizeram com que a cidade se convertesse num dos principais focos de conflito da Europa. Diante de tal fato, muitos de seus habitantes decidiram emigrar, visto que estavam sofrendo os efeitos provocados pela perseguição empreendida pelo Partido Nazista. A filiação ao partido era uma condição determinante à contratação daqueles que se candidatavam a uma vaga de emprego. (CORTEZ, 2012, p. 29).

Com isso, foi feito contato com a CTNP, e então o Senado da Cidade Livre de Danzig criou um Comissariado para a Emigração com coordenação própria e constituída por representantes responsáveis pelos detalhes da instalação da colônia, formando assim, uma futura Colônia composta por cidadãos danziguenses. O contrato estabelecido entre o Comissariado e a CTNP foi provavelmente assinado em julho de 1931, e continha detalhes onde se tentava garantir que os emigrantes não sofressem dificuldades e privações no Brasil, o que não foi cumprido, como veremos mais a frente. Assim estabelecido, a CTNP reserva uma gleba próxima à sede de Londrina e a denomina “Colônia Neu Danzig”.

Precisamos ressaltar, assim como Cortez (2012) faz, que a colonização da região onde se encontra atualmente Cambé, foi feita de forma planejada. Antes mesmo da chegada dos danziguenses ao Brasil, essa localidade já estava definida

³ A Cidade Livre de Danzig estava localizada entre os territórios alemães da Pomerania e Prússia Oriental, no denominado “Corredor Polonês”. Devido a essa localização, Danzig foi

palco de muitos conflitos. (CORTEZ, 2012, p.25). Para mais informações sobre a história da Cidade Livre de Danzig ver: Edna Scalon Cortez. Danziger Hof: a hospedaria dos danziguenses em Cambé. 2012.

para ser a cidade de Nova Dantzig, segundo o autor, como homenagem a eles.

Comissariado e CTNP, decidem que Franz Bloch seria o encarregado por reunir pessoas dispostas a emigrar, e futuramente seria o responsável nomeado como diretor da futura Colônia. Segundo Cortez

Alguns dos itens mais importantes do contrato tratavam do pleno desenvolvimento da Colônia, visto que a CTNP tinha grande interesse no sucesso desse empreendimento, pois utilizaria como propaganda para atrair outros grupos étnicos para a constituição de novas Colônias. (CORTEZ, 2012, p.34).

Segundo entrevistas⁴ coletadas com emigrantes de Danzig, eles teriam que pagar pelas terras antes da chegada ao Brasil, e ainda em contrato havia a condição do pagamento de nove meses de alimentação, utensílios de diversas espécies, ferramentas e animais domésticos e de tração. A parte da CTNP seria a derrubada da mata de um alqueire em cada lote, e a construção de um grande alojamento⁵ dentro da Colônia, que abrigaria os imigrantes até que cada família construísse sua casa no lote adquirido.

Os colonos chegam ao final de dezembro de 1931 e começo de janeiro de 1932, ficaram aguardando a chegada do diretor Franz Bloch, e com ele o dinheiro do fundo feito pelo Comissariado, constituído do Seguro Desemprego⁶, que nesta época era disponibilizado por conta da onda de desemprego que atingiu a Europa, por decorrência da quebra da

Bolsa, como citada anteriormente.

Após a chegada de Bloch a Londrina, veio à decepção, de que o dinheiro viria somente depois de um tempo de sua chegada. O diretor fixa residência na Villa de Nova Dantzig, ficando a quase 4 quilômetros da Colônia, e em uma casa com demasiado luxo para a época e condições do local, esta fora construída pela CTNP. Esse aspecto já o distância dos colonos, e a não vinda do dinheiro causa certa estranheza a situação, pois se encontravam a boa vontade da CNTP de oferecer condições para se manter por conta de não possuírem quase nenhum dinheiro.

A situação se torna insustentável no momento em que os funcionários da CTNP informam aos colonos que o dinheiro não teria sido depositado, mas que ofereceriam condições mínimas para que a Colônia de desenvolvesse. “A situação chegou ao ponto em que Franz Bloch foi surrado e amarrado a uma árvore na Colônia” (CORTEZ, 2012, p.60).

Após isso, muitos colonos com o pouco dinheiro que possuíam ainda, começam a construir suas casas, e em maio de 1932, alguns membros do Comissariado, e o Vice Presidente do Senado, e responsável pela Comissão de Bem-Estar Social de Danzig, vem até a sede da CTNP para averiguar a situação dos colonos. Através de relatos dos próprios colonos, consta que esses membros pouco se importaram com a situação em que estavam, e constatam que havia irregularidades, não somente por parte do diretor, mas sim, com o próprio Comissariado. Assim, Cortez (2012, p.69)

⁴ Essas entrevistas estão arquivadas no Museu Histórico de Cambé e foram coletadas pelos funcionários da instituição com o objetivo de aumentar seu acervo, difundido e preservando, por meio dos relatos, a história dos pioneiros.

⁵ Hospedaria construída pela CTNP, ficou pronta em janeiro de 1932. Foi denominada pelos colonos de “Danziger Hof”, fazendo alusão ao melhor hotel da Cidade Livre de Danzig. O alojamento se localizava próximo à margem

direita do Córrego São Domingos, uma construção rústica de árvore de pinho e palmito, revestido de tábuas rachadas e coberta de tabuinhas, tendo de anexo um depósito de mantimentos e cozinha.

⁶ O montante de nove meses em que os cidadãos tinham direito deveria ser depositado em uma espécie de fundo comum, uma cooperativa, e destinado a CTNP para providenciar o necessário na Colônia instalada.

afirma que “Algum tempo depois, chegou uma pequena quantia de dinheiro. No entanto, o destino da Colônia Neu Danzig já estava traçado: o fracasso!”.

Nessas circunstâncias, alguns com condições financeiras retornam a Cidade Livre de Danzig, outros se transferem para a Colônia Roland, outros vão para a Villa de Nova Dantzig ou para outros estados, como São Paulo. Mas ainda assim, algumas famílias permanecem e constituem escola e uma pequena comunidade, estabelecendo uma constante ligação com a Villa de Nova Dantzig, onde futuramente se desenvolve e se torna, com a mudança do nome, no município de Cambé em 1947.

Por conta de diversos fatores, além dos econômicos, como a alimentação, condições climáticas e falta de preparo e de adaptação de imigrantes vindos de grandes cidades, com quase nenhuma experiência com matas fechadas e agricultura, dificultaram muito o empreendimento estabelecido pela CTNP. Podemos perceber com essa pequena pesquisa, que alguns planos empreendidos pela CTNP, não alcançaram seus objetivos, e o caso dos primeiros colonos de Cambé, serve para exemplificar isso.

Atualmente o município de Cambé possui uma cidade em pleno desenvolvimento, por decorrência de pessoas que ficaram nas terras adquiridas, e de outras que posteriormente chegam para tentar se adaptar as condições quase que desconhecida para a maioria. Hoje o município possui uma área territorial de 495,375 Km², conta com a população de aproximadamente 104.592 habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sua subsistência é decorrente da instalação de indústrias de diversos tipos, comércio, e desde seu início, da agricultura, que ainda

possui grande força.

Todos esses processos históricos para construção do então município de Cambé, aos olhos da CTNP e dos “pioneiros”, foram sendo desenvolvidos diante de um “vazio demográfico” cheio de perigos e árduos obstáculos que foram vencidos pelo ato heroico do colonizador, que trouxe o rápido desenvolvimento para o “sertão esquecido”, constituindo assim, uma sociedade pautada na ideologia do progresso e da civilização.

Em “*As Guerras dos Índios Kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná 1769-1924*”, 2008, Lúcio Tadeu Mota mostra como a história da região norte paranaense foi construída a partir do discurso do vazio demográfico, criado pelos geógrafos entre as décadas de 30 a 50 do século XX. Uma interpretação que simplesmente desconsiderou os povos indígenas, ao contrário do que apontam as pesquisas arqueológicas, fontes e estudos históricos mais recentes.

A bibliografia arqueológica atesta o povoamento por vários grupos humanos entre os rios Piquiri, Paraná, Paranapanema e Tibagi ao longo dos últimos 7.000 anos. Para outras regiões do estado do Paraná há evidências arqueológicas que remontam cerca de 10.000 A.P. Conforme Noelli (1999-2000, p. 26) “[...] não existem terras na região sul do país que não tenham sido ocupadas sistemática ou ocasionalmente por populações indígenas em momentos distintos e em todos seus espaços”.

De acordo com o banco de dados do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN), a região do Baixo Tibagi, que abrange, além de outros municípios, Londrina e Cambé, estão cadastrados entorno de 80 sítios arqueológicos. Esses sítios estão atribuídos às tradições arqueológicas Umbú e Humaitá⁷, relacionadas ao grupo

⁷ Noelli (1999-2000, p. 28) destaca que foi com a chegada das tradições ceramistas que a instabilidade das populações Umbú e Humaitá

passou a ser alterada. Para o autor, os marcadores que distinguem todas as populações do sul, são três, “que podem ser empregadas de forma

dos caçadores-coletores e Tupiguarani e Itararé-Taquara, relacionadas ao grupo dos agricultores-ceramistas, esta última representada atualmente pelos Kaingang Xokleng⁸.

Além das tradições acima citadas, o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), também apresenta o registro de algumas áreas cadastradas como sítios históricos, atribuindo a filiação cultural aos Kaingang e Guarani⁹. Exemplos dessas áreas são os *parís*, antiga armadilha de pesca usada pelos Kaingang, registradas entre as terras indígenas de Apucarantina, município de Londrina e São Jerônimo, município de São Jerônimo da Serra.

Outro exemplo é o Sítio Arqueológico Fazenda Santa Dalmácia, localizado a 27 km ao norte da sede do município de Cambé. Possivelmente seus vestígios, que se encontram sob salvaguarda do Museu Histórico de Cambé, estão associados à segunda fundação da missão jesuítica de San Joseph, fundada em 1625, e destruída pelos bandeirantes em 1631.

Técnicos do Museu, em parceria com os arqueólogos Miguel Leoní Gaissler e Odemar Blasi, realizaram em 1990 trabalhos sistemáticos na área, resultando no recolhimento de inúmeros fragmentos cerâmicos Tupiguarani, indicando uma forte produção oleira. O material foi encaminhado para o laboratório do Museu, que em parceria com a Universidade Estadual de Londrina realizou os estudos necessários.

Como resultado dessa iniciativa,

a arqueóloga Cláudia Inês Parellada, diretora do Museu Paranaense ampliou as pesquisas visando aprofundar os estudos técnicos do material. Com a sua análise, foi evidenciado o contato entre o indígena e o europeu, dado obtido através da tipologia cerâmica, que apresentou uso intensivo de tinta vermelha nas superfícies interna e externa, além de formas características como bases de estatuetas, asas, alças, tampas e bases planas. Também foram evidenciadas estruturas com imagem de satélite. A partir desses dados levantados, foi possível constatar que o sítio arqueológico em questão, possivelmente estaria relacionado com uma das fundações da missão jesuítica de San Joseph.

De acordo com dados históricos e arqueológicos, foram criadas pelos espanhóis, 15 missões Jesuíticas no Paraná, que abrangiam praticamente todo o interior. O objetivo dos Espanhóis era de ampliar suas cidades, no território destinado a eles pelo Tratado de Tordesilhas, como forma de facilitar a conquista nesses locais, que eram habitados por populações indígenas. Criaram, segundo dados históricos e arqueológicos, 15 missões jesuíticas por todo interior do Paraná, com o intuito de concentrar os indígenas e evangeliza-los, para diminuir os conflitos com esses povos. São elas: Nuestra Señora de Loreto e San Ignacio Mini (1610); San Francisco Xavier (1624); San Joseph e Nuestra Señora de Encarnación (1625); Santa Maria (1626); San Pablo del Iniaí, Santo Antônio, Los Angeles, San Miguel e San Pedro (1627); Concepción de Nuestra Señora de Guañanos (1627-28) e San

isolada ou combinada: linguísticos, materiais e biológicos”.

⁸ Para maiores informações sobre a ligação da tradição arqueológica Itararé-Taquara com os Kaingang, ver: MILLER, Jr., T. O. **Tecnologia cerâmica dos caingang paulistas**. Arquivos do Museu Paranaense. Nova série, etnologia, n^o2, Curitiba, 1978 e ARAÚJO. A.G.M. **A tradição Itararé-Taquara**: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão

dos grupos Jê no sudeste do Brasil. Revista de Arqueologia, São Paulo, 2007.

⁹ No início do século XVI, quando chegaram os primeiros europeus onde hoje é o estado do Paraná, já se encontravam na região as populações indígenas conhecidas como históricas. São elas: Os Guarani e Xetá do tronco linguístico Tupi, e os Kaingang e Xokleng do tronco linguístico Macro-Jê (MOTA, 2008).

Thomas, Ermida de Nuestra Señora de Copacabana e Jesus-Maria. De acordo com Parellada (2009), a maioria foi fundada sobre aldeias Guarani, no entanto, quatro delas foram fundadas com famílias do grupo linguístico Jê, a de San Antônio, San Miguel, Guananos e San Pedro.

As missões duraram pouco tempo, algumas, apenas dois anos. Aos poucos, essas missões e as vilas espanholas foram sendo destruídas pelos bandeirantes paulistas, que pretendiam expandir o território português e buscar metais preciosos e indígenas para o trabalho escravo. Para Mota (2008), o ataque dos bandeirantes sobre as reduções jesuíticas do Guairá, foi fulminante:

Seus constantes ataques põem a pique o projeto evangelizador dos jesuítas, cujo último ato no território foi a retirada de doze mil índios pelos rios Paranapanema e Paraná até a região do Rio Grande do Sul/Uruguai, em 1631, para formar os Sete Povos das Missões. Nessa retirada morreu grande quantidade de índios Guarani, ora de fome, ora de ataque de animais ferozes, ou nas corredeiras de Sete Quedas no rio Paraná (MOTA, 2008, p. 90).

Com a destruição das reduções, grande parte dos indígenas foi levada como mão-de-obra escrava, e outros fugiram para o sul, fundando com os jesuítas os Sete Povos das Missões, mas isso não quer dizer que a região ficou abandonada. É muito provável que muitos grupos tenham se dispersado, voltando à vida livre nas florestas. De acordo com Tommasino (1995, p. 61).

Os índios (Guarani e Jê) retornaram à vida livre, com a predominância da expansão Kaingang que, fugindo das frentes de ocupação luso-brasileiras, do leste para oeste, foram empurrados para o interior, isto é, em direção ao rio Paraná e depois, para o sul.

O período de conquista do território que hoje compreende o estado do Paraná começou há mais de quatro séculos, mas foi a partir do século XX que as ações colonizadoras começaram a ser mais intensas, principalmente na região norte, com as frentes de expansão cafeeira.

Segundo Mota (2008), entre as décadas de 20 e 30 do século XX, muitos indígenas ainda viviam nas florestas do norte, noroeste e oeste do estado, apesar de nessa época já estarem aldeados em São Jerônimo da Serra e Apucarantina. Muitos são os relatos desse período que falam sobre a presença de indígenas nas matas que estavam sendo transformadas em grandes cafezais.

Quando as ferrovias e estradas começaram a invadir o norte do estado, as famílias que ali se estabeleciam, chocavam-se com os indígenas.

Os Kaingáng e Xokleng eram os que tinham maior capacidade de resistência e ficaram famosos na historiografia brasileira. Tanto no estado de São Paulo quanto nos estados do sul, os conflitos entre colonos e índios foram muitos. (TOMMASINO, 1995, p. 30).

A presença de populações indígenas no processo histórico do atual município de Cambé, pode ser comprovada através de relatos etnográficos, pesquisas históricas e antropológicas mais recentes, sítios arqueológicos presentes na região, em especial o da Fazenda Santa Dalmácia, localizado dentro do atual território cambense, e objetos musealizados, dentre os quais, podemos citar a rica coleção arqueológica do Museu Histórico de Cambé, que é constituída por mais de 7 mil peças, dentre as quais estão fragmentos e vasilhames cerâmicos e peças líticas representativas da cultura Guarani e Kaingang, todas provenientes do município e seus arredores.

A incorporação dos objetos arqueológicos ao Museu acontece através

de doações esporádicas por moradores locais, que encontravam facilmente esses vestígios em áreas de plantações agrícolas, na abertura de estradas e na construção e reforma de edificações.

Considerações Finais

É importante ressaltar que a presença indígena não está somente em Museus e pesquisas acadêmicas. Essas populações resistiram às diversas formas de contato, pacíficas ou não, e são facilmente reconhecidos nas ruas e centros urbanos da região vendendo seus artesanatos.

Em razão da ocupação desordenada, promovida pela CTNP, os verdadeiros donos dessas terras foram obrigados a abandonar sua forma de subsistência baseada na caça e coleta, viver em espaços menores e sobre o domínio dos novos padrões culturais trazidos pelos invasores, e também passaram a viver em situação de desigualdade¹⁰. Diante dessa situação, os indígenas encontraram no artesanato uma relevante fonte de sustendo físico e cultural.

Apesar de novas pesquisas desconstruírem o discurso do vazio demográfico, estas ideias não ficaram estagnadas no passado. Este silenciamento parece estender-se até os dias atuais, mesmo com os dados da arqueologia, antropologia e história, que comprovam a presença de grupos indígenas na região desde muito tempo antes da chegada dos danzigueses.

A história da ocupação norte paranaense esteve, desde o seu início, marcada por uma série de conceitos equivocados, e repleta de afirmações etnocêntricas. O outro foi relegado a um plano inferior e a construção do vazio demográfico silenciou, inviabilizou e apagou violentamente as populações

indígenas, sujeitos históricos que aqui se encontravam e que acima de tudo, fortemente, aqui estão presentes.

O intuito de nossa comunicação, não é invalidar a História que teve início a partir da chegada das Companhias colonizadoras e das frentes pioneiras, mas preencher o vazio histórico criado por elas, um vazio construído diante da expulsão e eliminação das populações indígenas, que foram colocadas à margem da História.

Podemos afirmar que a História do então município de Cambé teve início desde muito tempo antes do projeto da Cidade Livre de Danzig.

Referências

- ADUM, Sônia Maria e Lopes. **Imagens do progresso: barbárie e civilização (1930-1960)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1991.
- CORTEZ, Edna Scalón. **Danziger Hof: a hospedaria dos danzigueses em Cambé**. Cambé: Gráfica Objetiva, 2012.
- IBGE CENSO 2016. **Estimativas populacionais dos municípios 2016**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em <<http://censo2016.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 out. 2017.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos In. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/cnsa.htm>>. Acesso em: 29 out. 2017.
- MENDONÇA, Dafne. Marques de. **Plantando Cidades: um panorama sobre a ocupação da região pioneira e a atuação das Companhias Colonizadoras**. In: XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo - A Construção da Cidade e do Urbanismo: ideias tem lugar?, 2010, Vitória/ES. Anais do XI SHCU: A Construção da Cidade e do Urbanismo: ideias tem lugar?. Vitória: Editora da UFES, 2010. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1305/1279>. Acesso em: 25 de setembro de 2017.

¹⁰ O Paraná tem, hoje, apenas 9% de suas florestas preservadas, sendo que, para a bacia do

rio Tibagi, restam apenas 3,8% de sua vegetação original (SOARES & MEDRI, 2002).

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2ª Edição Maringá: Eduem, 2008.

NOELLI, Francisco Silva. **A ocupação humana na região sul do Brasil**: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. Revista USP, n°44. São Paulo, 1999-2000.

PARELLADA, C. I. **O Paraná espanhol**: cidades e missões jesuíticas no Guairá. Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (org) Missões:

conquistando almas e territórios, p.59-80, 2009.

SOARES, Francisco S; MEDRI, Moacyr E. Alguns aspectos da colonização da bacia do rio Tibagi. In: MEDRI, M. E. [et al]. **A bacia do rio Tibagi**. Londrina: UEL, 2002. p. 69-80.

TOMMASINO, Kimiye. **A história Kaingang da bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê Meridional em movimento. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo USP, São Paulo, 1995.